

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	11
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	12
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	13
10.5 - Políticas contábeis críticas	14
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	15
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	16
10.8 - Plano de Negócios	17
10.9 - Outros fatores com influência relevante	18

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose, que possui uma política aprovada em fevereiro de 2016 pelo Conselho de Administração, conforme divulgado em seu Formulário de Referência.

A Companhia segue, no que couber, a Política de Gestão Integrada de Riscos da controlada que tem o objetivo de estabelecer, atualizar e unificar as diretrizes e os princípios gerais do processo de Gestão Integrada de Riscos, da identificação à tratativa dos Riscos identificados, conceituando as atividades, bem como as principais responsabilidades atribuídas aos diversos órgãos da administração ou departamentos da controlada.

A última versão da política foi aprovada em fevereiro de 2016 pelo Conselho da Administração, da controlada, e é aplicável a todos os órgãos da administração e departamentos da Suzano Papel e Celulose S.A.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A.

A Política de Gestão Integrada de Riscos da controlada tem o objetivo de padronizar os conceitos, definições e práticas por ela adotadas, de forma que possam subsidiar a controlada no momento da tomada de decisões, aumentando a transparência das informações para a controlada e seus stakeholders, conforme aplicável.

A investida categoriza seus Riscos da seguinte maneira:

- Riscos Estratégicos;
- Riscos Financeiros;
- Riscos Operacionais;
- Riscos de Compliance.

A definição dos critérios para gestão de Riscos, analisando o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de Riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando Riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão. Os Riscos são

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

avaliados e classificados de acordo com o Impacto do Risco, sendo eles: baixo, médio, alto e severo.

Quanto à vulnerabilidade (probabilidade de ocorrência), os Riscos também são classificados em quatro diferentes graus, de acordo com o seguinte critério: baixo, médio, alto e severo.

A controlada possui uma área de Riscos Corporativos que tem o papel de fazer a gestão integrada dos riscos prioritários da investida em conjunto com as demais unidades de negócio.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A.

A controlada possui área de Controles Internos e sua respectiva uma política formal, tendo, como objetivo estabelecer princípios e responsabilidades a serem observados para o fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos da investida, mitigando os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como disseminar a cultura de controles para garantir o cumprimento de leis, regulamentos e demais normas estabelecidas pelos órgãos reguladores ou pela própria investida.

Controles Internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da controlada nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose, que possui uma política aprovada em novembro de 2015 pela sua Diretoria Executiva e é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da Suzano Papel e Celulose S.A.

A Companhia segue, no que couber, a Política de Gestão de Riscos de Mercado e de Gestão de Derivativos da controlada, que é formalizada, e estabelece regras e orientações de procedimentos que permitirão:

- Proteger os resultados e o patrimônio da controlada contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da investida estejam expostos;
- Desenhar um processo estruturado de atribuições que servirá para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas;
- Otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente.

A última versão da política foi aprovada em novembro de 2015 pela Diretoria Executiva da controlada e é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da Suzano Papel e Celulose S.A.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose, que possui uma política formal aprovada pela sua Diretoria Executiva.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Com a finalidade de evitar a volatilidade dos preços e taxas de mercado, a controlada pode optar por realizar operações que mitigam essas variações. Para isso, são contratadas operações de derivativos, atreladas aos seguintes fatores de risco:

- (i) Câmbio;
- (ii) Juros;
- (iii) Celulose;
- (iv) Combustível de frete e outros insumos relacionados à produção.

O uso de derivativos deve ser exclusivamente para proteção de operações financeiras já contratadas ou fluxos de caixa da investida, não gerando alavancagem para a investida.

É permitida a contratação dos seguintes derivativos:

- Swaps;
- NDFs (non deliverable forward);
- Opções Plain Vanilla (zero cost - collar).

Para cada exposição da controlada há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

Além disso, a controlada possui limite de hedge estabelecidos para cada tipo de exposição pautado em estudo realizado pela Tesouraria e apresentado ao Conselho de Administração da controlada.

c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose, que possui uma política formal aprovada pela sua Diretoria Executiva.

De acordo com a Política de Gestão de Riscos de Mercado e de Gestão de Derivativos da controlada, a verificação da adequação das operações da controlada à referida política deve ser efetuada pela Área de Riscos. Os valores em risco e o cumprimento dos limites de exposição das operações contratadas devem ser acompanhados de forma a manter o enquadramento pré-estabelecido pela Diretoria da investida.

Caso algum limite seja excedido, cabe à Área de Riscos avisar imediatamente e por escrito ao Gerente Executivo de Finanças, para que este tome as medidas necessárias à readequação dos limites. Se o limite continuar excedido na segunda verificação, que deve ocorrer no dia seguinte,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

o aviso deve ser dado a área de Riscos Corporativos. Finalmente, caso o limite continue sendo desrespeitado ao final do terceiro dia, a Diretoria deve ser informada.

A Diretoria decidirá então pela implementação de medidas que permitam o retorno aos limites de risco estabelecidos ou, se for o caso, pela revisão do limite, em face de condições excepcionais de mercado. Quando se tratar de mercados com baixa liquidez ou, ainda, quando as condições de mercado forem consideradas extraordinariamente desfavoráveis, a Diretoria poderá conceder o prazo que julgar conveniente para o reenquadramento das exposições aos limites de risco.

A controlada entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos de Mercado e de Gestão de Derivativos, visto que possui um sistema bem definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas, além de otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para auditar a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre aos diagnósticos da Auditoria Interna e as considerações da Auditoria Externa. A área de auditoria interna, por sua vez, contribui para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas

Adicionalmente, a Companhia conta com uma gerência de gestão de riscos e controles internos com o objetivo de melhorar ainda mais sua estrutura de controles internos e governança corporativa. Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está investindo cada vez mais em controles sistêmicos a fim de aprimorá-los.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui a seguinte estrutura organizacional para assegurar a elaboração de demonstração financeiras confiáveis:

- Controladoria:
- Auditoria Interna.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pelos seguintes responsáveis: Orlando de Souza dias - Vice Presidente Executivo e Diretor de Relação com Investidores Flavio Amaral - Diretor de Controladoria e Auditoria Interna.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram identificadas deficiências relevantes sobre os controles internos da Companhia, que requeiram a implementação de ações corretivas para a assegurar a adequada elaboração das Demonstrações Financeiras

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As questões pontuais reportadas pelos auditores independentes foram tratadas como oportunidades de melhoria e não como deficiências de controles internos da Companhia, não trazendo reflexos sobre as Demonstrações Financeiras auditadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia e sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A. estão exposta ou na Política de Gestão Integrada de Riscos adotada pela referida controlada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há outras informações relevantes que não tenham sido disponibilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 a Companhia registrou prejuízos de R\$ 230,6 milhões, R\$ 56,2 milhões e R\$ 61,1 milhões, respectivamente. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 4.459,5 milhões, R\$ 2.420,6 milhões e R\$ 1.834,1 milhões, nos respectivos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item “10.1.b” abaixo.

b) Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 3.228,1 milhões, representando um decréscimo de 10,74%, ou R\$ 388,4 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2014, e decréscimo de 13,03%, ou R\$ 483,8 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2013. A variação é justificada pelos prejuízos acumulados nos últimos 3 anos, decorrentes do resultado negativo da equivalência patrimonial de sua principal controlada.

Em 2015 foram distribuídos dividendos e creditados juros sobre capital próprio (JCP), no montante de R\$ 174,9 milhões, debitados do saldo da conta de reserva de lucros.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em suas receitas de dividendos, e de remuneração de avais e fianças concedidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, e resultado de aplicações financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, receita pela concessão de avais e fianças, e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de eventuais deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2015 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “10.1.d.” e “10.1. f.”.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia possuía contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 25,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, e R\$ 38,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 com taxa média de juros de TJLP + 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em julho de 2018. O contrato de mútuo firmado com sua controlada Nemopar S.A., sediada no Uruguai, que nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresentava saldo no valor de US\$ 160 milhões, foi liquidado antecipadamente em 06 de agosto de 2015.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 06 de agosto de 2015 a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo de US\$ 160 milhões contraído junto à controlada NEMOPAR S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020. As operações simultâneas de câmbio para pagamento do contrato de mútuo e redução de capital da NEMOPAR S.A., não representaram desembolso de caixa para a Companhia, exceto pelo pagamento do IOF e comissão bancária, e permitiu a dissolução da controlada com a consequente baixa do investimento registrado pela Sociedade.

Em consequência da liquidação do mútuo com a controlada Nemopar S.A., a Companhia reverteu o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre a variação cambial.

Em 2015 foram distribuídos dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), no montante de R\$ 174,9 milhões, debitados do saldo da conta de reserva de lucros.

No exercício de 2014 a Companhia distribuiu dividendos, debitados do saldo de reservas de lucros, no montante de R\$ 33,9 milhões.

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R\$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, com resgate de ações preferenciais.

Em abril de 2013, a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, onde foi aprovado o aumento do capital social, de R\$ 1.018,8 milhões para R\$ 1.953,4 milhões, no montante de R\$ 934,6 milhões, com adiantamento para futuro aumento de capital, mediante emissão de 17.605 mil ações ordinárias, 17.050 mil ações preferenciais Classe A e 7.290 mil ações preferenciais Classe B, todas nominativas, sem valor nominal, com os mesmos direitos e restrições das ações já existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social**

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O prejuízo da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 230,6 milhões, em comparação ao prejuízo de R\$ 56,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, e um prejuízo de R\$ 61,1 milhões em 31 de dezembro de 2013. O principal fator que contribuiu para o prejuízo de 2015, 2014 e 2013 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano Papel e Celulose, decorrente do prejuízo dessa controlada. Também em 2013 houve redução do resultado financeiro líquido, influenciado pela conversão das debêntures em ações da controlada Suzano Papel e Celulose, que diminui o valor dos juros registrado no exercício.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2015	2014	2013
Equivalência patrimonial	(165.578)	(34.443)	(20.661)
Despesas operacionais, líquidas	(28.375)	(28.274)	(36.065)
Resultado financeiro líquido (1)	(110.605)	(9.961)	(15.108)
Imposto de renda e contribuição social	73.937	16.443	10.757
Prejuízo do exercício	<u>(230.621)</u>	<u>(56.235)</u>	<u>(61.077)</u>
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	(308.473)	(85.337)	(69.797)
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	(1.713)	718	1.280
	(310.186)	(84.619)	(68.517)
Nemopar S.A. (1)	144.608	50.176	47.856
	<u>(165.578)</u>	<u>(34.443)</u>	<u>(20.661)</u>

(1) Ganho sobre o investimento em moeda estrangeira, compensado com a perda financeira sobre o empréstimo externo com a controlada Nemopar S.A., influenciados pela variação cambial, e registrado no resultado financeiro líquido.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:****a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 06 de agosto de 2015 a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo de US\$ 160 milhões contraído junto a controlada NEMOPAR S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020. As operações simultâneas de câmbio para pagamento do contrato de mútuo e redução de capital da NEMOPAR S.A., não representaram desembolso de caixa para a Companhia, exceto pelo pagamento do IOF e comissão bancária, e permitiu a dissolução da controlada com a consequente baixa do investimento registrado pela Sociedade.

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R\$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, com resgate de ações preferenciais.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

No parecer dos auditores relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2013 foi incluído um parágrafo de ênfase relacionado às demonstrações contábeis da Controladora, ressaltando que aqueles números não estavam em conformidade com as normas do IFRS, exclusivamente pela aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos, visto que de acordo com as regras do IFRS, estes investimentos seriam avaliados pelo seu valor de custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Políticas contábeis críticas

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:**

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações societárias, direitos e obrigações de qualquer natureza estão registrados nas Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:**

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante